# O relatório de 2018 do índice de sustentabilidade das OSC

Le rapport 2018 de l'indice de pérennisation des OSC

GABÃO Índice de Perpetuação das Organizações da Sociedade Civil do Gabão em 2018 1 Capital: Libreville População: 2.119.036 PIB per capita (PPA): 18.100 $ Índice de Desenvolvimento Humano: Alto (0.702) Liberdade no Mundo: Não Livre (23/100) PONTUAÇÕES DE PERPETUAÇÃO DAS OSC 2018: 5,4 Em 2018, o Gabão continuou a esperar que o Parlamento aprovasse as resoluções do Diálogo Nacional Inclusivo de Angondjé, concluído em maio de 2017, incluindo alterações no modo de eleição do presidente, o aumento do número de deputados na Assembleia Nacional, a reformulação dos círculos eleitorais e a limitação da duração do mandato dos juízes do Tribunal Constitucional. Em 30 de abril de 2018, o Tribunal Constitucional dissolveu a Assembleia Nacional ao final do mandato dos deputados, obrigando assim o governo a organizar novas eleições legislativas. Em 21 de junho, o país ficou muito surpreso com o anúncio do governo de uma série de medidas ditas de austeridade supostamente destinadas a saneamento das finanças públicas. Em outubro, ocorreram as primeiras eleições legislativas e locais desde a contestada eleição presidencial de agosto de 2016. Ao longo do ano, o estado de saúde do presidente e sua ausência prolongada da cena pública geraram muitos apelos por mais transparência. Os ativistas e as OSC insistiram para que o governo fornecesse informações sobre a capacidade e a disponibilidade do presidente para governar o país. Em novembro de 2018, o Tribunal Constitucional anunciou uma emenda ao artigo n° 13 da Constituição do Gabão para prever as situações em que o presidente se torna temporariamente incapaz de exercer suas funções. Muitas OSC, assim como a oposição, consideram a emenda inconstitucional, pois apenas os membros do Parlamento estão autorizados a modificar a Constituição. A União Africana também expressou sua preocupação em relação à emenda. Em 2018, o governo impôs restrições significativas à liberdade de expressão, embora menos severas do que em 2017. A Alta Autoridade de Comunicação proibiu os meios de comunicação controlados pelo governo de comunicar com a União Nacional (principal partido de oposição), e em novembro, impôs uma suspensão de três meses ao jornal L'Aube e uma proibição de seis meses ao editor-chefe do jornal após a publicação de artigos sobre a saúde do presidente. Em dezembro, outros dois jornais do mesmo grupo foram suspensos por um mês e três meses, respectivamente. A pontuação geral de perpetuação das OSC melhorou ligeiramente em 2018. A defesa das OSC melhorou, depois de vários sucessos significativos, apesar das restrições em seu ambiente. Nenhuma outra dimensão da perpetuação mudou. É difícil determinar o número exato de OSC existentes no Gabão, uma vez que podem se registrar em diversos órgãos e essas informações não são centralizadas. A fonte de dados mais confiável é o censo das OSC realizado em 2017 pela Rede de Organizações e Projetos Associativos do Gabão (ROPAGA), que contou quase 1.750 associações no Gabão, além das organizações sindicais.



Índice de Perpetuação das Organizações da Sociedade Civil do Gabão em 2018 2 CONTEXTO JURÍDICO: 6,3 O ambiente jurídico das OSC gabonesas não mudou em 2018. O registro das associações é regido pela lei n° 35-62 de 1962, o dos sindicatos de funcionários pela lei n° 18-92 de 1993 e o dos sindicatos do setor privado pela lei n° 3-94 de 1994. As OSC podem se inscrever em diversos órgãos governamentais, incluindo os ministérios do Interior, da Economia e da Juventude e dos Esportes. O ministério do Interior planeja criar um escritório único de registro para as OSC. O registro é relativamente barato. As associações cujo registro é regido pela lei n° 35-62 pagam, por exemplo, uma taxa de 10.000 XAF (cerca de 17,50 USD). Em teoria, o procedimento de registro é simples. No entanto, a pesquisa realizada em 2017 pela ROPAGA revelou que a administração frequentemente demora a conceder o recibo provisório que uma

OSC deve possuir para agir legalmente enquanto aguarda seu recibo definitivo. O prazo de espera para o recibo provisório, que deveria ser de 90 dias de acordo com a lei, geralmente chega a seis meses a dois anos, e a espera pode ser ainda mais longa para as organizações cuja missão envolve a supervisão do governo, a transparência, a corrupção, a democracia ou os direitos humanos. Exemplo: a ONG Educaf, fundada em 2013 e reconhecida como a melhor organização juvenil do ano pelo ministério responsável pela juventude em 2015, ainda não recebeu o recibo provisório que lhe permitiria operar. Embora as OSC que operam sem autorização estejam tecnicamente em violação da lei de 1962, na prática, podem operar livremente. As associações também podem solicitar o reconhecimento de utilidade pública, para se beneficiar de certas fontes de financiamento, e até mesmo do acesso a fundos públicos. Em muitos aspectos, a lei n° 35-62 já não é atual. Ela se aplica, por exemplo, apenas às associações e não reconhece plataformas temáticas, redes, nem o termo "ONG", que designa no Gabão uma forma distinta de OSC que surgiu na década de 1990 em torno de personalidades políticas. A lei também limita as contribuições de um membro a uma OSC a 10.000 XAF (cerca de 17,50 USD), mas sem especificar um período determinado. No final de 2018, as OSC ainda aguardavam que a lei fosse modificada de acordo com as discussões do Diálogo Nacional de Angondjé. A lei não estabelece claramente as possibilidades de recurso que as OSC têm para contestar uma decisão do governo. Na prática, as OSC apelam de decisões desfavoráveis perante o tribunal administrativo ou o ministério competente. As OSC não são obrigadas a apresentar relatórios de atividades às autoridades. A Constituição gabonesa garante o direito de reunião e de participação em manifestações públicas. Segundo o artigo 6 da lei n° 001/2017 de 2017, "todas as reuniões públicas devem ser anunciadas com antecedência", exceto aquelas de certos grupos, incluindo os sindicatos. A lei não obriga os organizadores a obter uma autorização prévia para esses eventos. Na prática, é comum que o governo pressione as OSC, deslocando as forças armadas para o local previsto para uma manifestação. Em 2018, o ministro do Interior tomou medidas para proibir as "marchas negras" da central sindical Dinâmica Unitária, previstas para 28 de agosto. O objetivo dessas marchas (ditas negras para destacar a situação angustiante do país) era protestar contra as alterações da Constituição, as medidas de austeridade do governo, o congelamento dos salários dos funcionários e a retenção dos vales de caixa. A lei gabonesa não limita a liberdade de expressão, mas uma organização que critica o governo se expõe a retaliações. Como resultado, algumas OSC praticam a autocensura. A lei não proíbe as OSC de receber doações em dinheiro ou em espécie de origem estrangeira, de levantar fundos, de responder a chamadas de licitações públicas ou de gerar receitas por meio da oferta de bens e serviços. No entanto, as associações reconhecidas de utilidade pública

devem obter a autorização prévia do prefeito competente ou beneficiar de um decreto do Conselho de Ministros antes de aceitar qualquer financiamento estrangeiro. O órgão autorizado a conceder a autorização é determinado com base no montante do financiamento previsto. Toda OSC que possua uma autorização provisória ou definitiva pode receber até 3 milhões XAF (cerca de 5.250 USD) de ajuda financeira de seu ministério de tutela. As organizações reconhecidas de utilidade pública são as únicas autorizadas a solicitar outras fontes de financiamento público. No entanto, dada a escassez de informações publicadas pelas autoridades sobre as possibilidades de financiamento e a opacidade dos critérios de obtenção, raras são as OSC que se candidatam a licitações públicas. Uma OSC pode gerar receitas pela venda de produtos ou serviços, mas essas receitas devem ser reinvestidas na organização. A lei gabonesa isenta as OSC de impostos sobre as compras de bens necessários para suas atividades. No entanto, essas isenções estão sujeitas a procedimentos complexos, as OSC têm, portanto, dificuldades em obtê-las. A lei não prevê nenhum imposto sobre as subvenções ou doações concedidas às OSC. Só existem advogados especializados em direitos humanos e direitos dos trabalhadores nas duas maiores cidades do Gabão, Libreville e Port-Gentil. Nenhum advogado é especializado em direito das

associações. Durante anos, os altos honorários cobrados pelos advogados obrigaram as OSC a recorrer a assistentes jurídicos, menos custosos. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL: 5,4 Em 2018, a capacidade organizacional das OSC não mudou. As OSC identificam os beneficiários de suas atividades por meio de pesquisas, do conhecimento adquirido durante suas atividades e projetos, bem como das comunicações recebidas por telefone, e-mail ou pessoalmente. Isso é mais fácil para os sindicatos, cujos beneficiários são geralmente seus próprios membros. Em geral, as OSC utilizam projetos de curto prazo para gradualmente estabelecer a confiança dentro da população, que pode observar os resultados de suas ações ao longo do tempo. Em contrapartida, uma OSC como a Brainforest atua de forma bastante contínua, e pode, portanto, aprender a conhecer e a se fazer conhecer dentro de sua população target, estabelecendo assim um clima de confiança. Todas as OSC devem definir claramente em seus estatutos sua missão, sua estrutura de gestão, as responsabilidades dos membros e os mecanismos de resolução de disputas ou conflitos de interesse. No entanto, apenas algumas OSC limitam sua ação aos objetivos estabelecidos em sua criação, enquanto a maioria das OSC ajusta suas prioridades com base na evolução das prioridades dos próprios doadores. Muitas OSC ainda estão nas primeiras etapas do planejamento estratégico. A formação em desenvolvimento organizacional oferecida a 25 OSC em 2017 incentivou algumas (como Gabão minha terra meu direito) a iniciar seu planejamento estratégico em 2018. Na prática, são raras as OSC que possuem estruturas organizacionais robustas. A Brainforest reorganizou sua estrutura organizacional em 2018 (pela primeira vez desde 2008) para poder mobilizar mais financiamento. As OSC começam a elaborar manuais de procedimentos e a avaliar suas atividades. Os sindicatos utilizam sistematicamente esses instrumentos para alcançar seus objetivos. Em 2018, a baixa viabilidade financeira das OSC continuou a ser um obstáculo à contratação de pessoal permanente e a dificultar o uso de serviços profissionais de contadores, juristas e especialistas em comunicação. Algumas OSC, como o Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional na África (IDRC África), a Rede

 das organizações livres da sociedade civil para a boa governança no Gabão (ROLBG) ou Formações novas, contratam pessoal técnico e financeiro permanente para os projetos financiados por doadores. De acordo com o World Giving Index de 2018 da Charities Aid Foundation, apenas 10 por cento das pessoas entrevistadas no Gabão disseram ter feito trabalho voluntário em 2017, contra 12 por cento no ano anterior. No entanto, muitas OSC, incluindo Arc-en-ciel, Brainforest, Formações novas e a Associação dos Jovens Emergentes Voluntários (AJEV), contam com voluntários para garantir suas atividades. Por exemplo, após um incêndio em 2018, voluntários repintaram o muro de um internato de meninas gerido pela Arc-en-ciel em Libreville, com o apoio da associação Manibus Gabon. O novo espaço da Casa da Sociedade Civil Gabonesa, inaugurado em 2018, foi totalmente reformado por voluntários. As OSC têm acesso a computadores, telefones e material multimídia. O acesso à internet está aumentando durante todo o país. Em comparação com outros países da região, os custos de acesso à internet no Gabão permanecem entretanto elevados. As OSC com acesso à internet estão usando cada vez mais as mídias sociais, como WhatsApp e Facebook, para melhorar a comunicação, aumentar a transparência e preparar suas estratégias. VIABILIDADE FINANCEIRA: 6,3 A viabilidade financeira das OSC gabonesas não mudou en 2018. A classificação do Gabão pelo Banco Mundial como "país de renda média na faixa superior" limita a ajuda estrangeira no país. Os principais doadores são a União Europeia (UE), a agência de cooperação internacional alemã para o desenvolvimento (GIZ), USAID e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Em 2018, o programa Projetos Inovadores das Sociedades Civis e Coalizões de Atores (PISCCA) da embaixada da França atraiu um número de OSC muito maior do que nos dois anos anteriores, o que revelou os progressos feitos pelas OSC gabonesas na preparação e na capacidade de responder aos chamados de candidaturas. Em 2016, quatro OSC apresentaram

um pedido de financiamento no âmbito do PISCCA e três foram aceitas. Em 2018, setenta OSC haviam apresentado um dossiê, e quatro projetos envolvendo doze OSC se beneficiaram de um montante total de financiamento de 140 milhões XAF (cerca de 244.000 USD). Devido à forte dependência das OSC em relação ao financiamento dos doadores, elas muitas vezes precisam lidar com mudanças de prioridades destes, o que pode prejudicar a continuidade de seus serviços e de suas atividades. Em 2018, por exemplo, assim como em 2017, a única prioridade da UE era a formação profissional, domínio que diz respeito apenas a algumas das OSC gabonesas. Historicamente, o financiamento da UE se dirigia a uma gama de atividades muito mais ampla, incluindo saúde, educação e meio ambiente. Cabe aos doadores decidir se podem aceitar os pedidos de financiamento apresentados por uma OSC a espera de seu recibo temporário ou definitivo. Além dos financiamentos estrangeiros, as OSC gabonesas recebem fundos de diferentes fontes locais, incluindo o Estado, o setor privado e contribuições de membros, e cooperativas autofinanciadas. No entanto, o financiamento por meio de aportes de fundos públicos continua sendo mínimo. As OSC reconhecidas de utilidade pública podem se beneficiar de pequenas subvenções do Estado, de 5 a 10 milhões XAF (cerca de 8.750 a 17.500 USD) para cobrir seus custos operacionais a curto prazo. Nenhum financiamento está disponível para projetos a longo prazo. No entanto, o governo não busca realmente divulgar as possibilidades de financiamento nem estabelecer claramente os critérios utilizados para a análise dos pedidos. O Gabão não possui um programa governamental nacional responsável pelo apoio financeiro ao setor das OSC. Existem poucas fontes locais de filantropia. As maiores fundações, que estão principalmente ligadas à família

Bongo, costumam trabalhar diretamente com as comunidades locais em vez de por meio de outras entidades, como as OSC. Essas fundações priorizam ações em saúde, emprego, educação e empoderamento das meninas. O patrocínio corporativo para as OSC é relativamente pouco conhecido no Gabão. No entanto, os programas de responsabilidade social das empresas (RSE) são comuns nas empresas listadas na Bolsa de Valores da África Central, e esses programas podem especificar as atividades que devem ser realizadas pelas OSC. Por exemplo, em 2018, a Olam Gabon contratou a Brainforest para implementar atividades geradoras de renda relacionadas ao cultivo de cacau em benefício das comunidades afetadas por suas atividades de produção de borracha em Minvoul. As OSC mobilizam fundos localmente e junto a seus membros e grupos-alvo. De acordo com o World Giving Index de 2018 da Charities Aid Foundation, apenas 9 por cento dos gaboneses entrevistados doaram dinheiro em 2017, contra 11 por cento em 2016. Nos últimos dois anos, as OSC mobilizaram fundos por meio das mídias sociais para atender a necessidades urgentes ou pontuais, como a organização de socorros após uma catástrofe, ou a ajuda a crianças pequenas ou a pessoas enfrentando problemas médicos ou sociais. As contribuições dos membros são insuficientes para financiar os custos de funcionamento correntes ou os programas a longo prazo das OSC. Algumas OSC geram receita com a venda de produtos ou serviços. Em 2018, o IDRC Africa lançou uma pequena empresa, Indigena Food, para cultivar e vender produtos alimentares em Libreville, e usou os lucros da empresa para cobrir suas despesas de funcionamento. Em 2018, as empresas sociais eram relativamente pouco conhecidas no Gabão. As OSC assinam muito poucos contratos com as empresas e as administrações locais. As OSC que respondem a chamadas de propostas internacionais têm pessoal qualificado em gestão financeira, ou recorrem a prestadores externos. Essas OSC também fazem esforços de transparência publicando relatórios financeiros e realizando auditorias externas. As outras OSC geralmente não têm um sistema apropriado para realizar sua gestão financeira. ADVOCACIA: 4,9 Em 2018, a advocacia das OSC teve uma melhoria devido a vários sucessos significativos, apesar das restrições de seu ambiente. A supervisão da ação pública pelos cidadãos se realiza principalmente por meio do Conselho Econômico, Social e Ambiental, um órgão consultivo público. A maioria dos 99 membros é

proveniente da sociedade civil, e seu vice-presidente tem experiência na sociedade civil. Os tomadores de decisão e as OSC também colaboram em comitês e plataformas técnicas. Exemplo: o ministério da Agricultura integrou as OSC na Iniciativa para o óleo de palma na África da Tropical Forest Alliance 2020, e o ministério das Águas e Florestas consultou as OSC para definir o conceito de "floresta". Os dois ministérios continuaram a consultar as OSC sobre essas questões em 2018. No entanto, a criação dessas alianças colaborativas geralmente responde a critérios estabelecidos pelos doadores, e não significa que o governo reconhece à sociedade civil o direito de participar da tomada de decisão estratégica ou política. As OSC obtiveram três grandes sucessos em matéria de advocacia em 2018. Primeiro, a Muyissi Ambiente iniciou uma campanha de conscientização sobre o problema da violência contra as mulheres nas plantações de óleo de palma. Seus esforços levaram à criação ou ressurgimento de comitês sobre questões de paridade entre os sexos nas plantações do Grupo Olam Gabon. Em segundo lugar, a Dinâmica Unitária organizou sessões de informação sobre as medidas de austeridade que o governo impôs em junho, seguidas de conferências de imprensa com o ministro da Função Pública e o presidente do Tribunal Constitucional. Em parte como resultado dessa iniciativa, o Tribunal Supremo do Gabão decidiu suspender as medidas de austeridade por não cumprimento das procedimentos legais. Em terceiro lugar, o ROLBG

e outras OSC denunciaram publicamente o diretor da

 prisão central de Libreville, que havia autorizado a tortura de detentos após a eleição presidencial de 2016. Sua campanha resultou na suspensão do diretor em 2018. O processo legislativo gabonês prevê a organização de consultas públicas sobre os projetos de lei antes de sua promulgação, e as OSC aumentaram seu uso de lobby para pressionar o governo. Em 2018, as OSC lutaram para prevenir possíveis distúrbios após as eleições legislativas. Além disso, as OSC lutaram contra a modificação do artigo n° 13 da Constituição gabonesa, que rege as medidas a serem tomadas pelo governo se o presidente gabonês não puder exercer suas funções. As OSC geralmente estão cientes do impacto que um quadro jurídico favorável pode ter sobre sua viabilidade. No entanto, apesar dos esforços de advocacy das OSC para reformar a lei n° 35-62, observa-se que nenhum progresso foi feito em 2018 para modificar o quadro jurídico que rege as OSC. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: 5,1 A prestação de serviços pelas OSC não mudou de forma notável em 2018. As OSC continuaram a oferecer uma gama diversificada de bens e serviços. Enquanto a prestação de serviços pelas OSC se destina principalmente a grupos vulneráveis, cujas necessidades ainda estão insatisfeitas, uma ampla variedade de organizações trabalha em áreas como saúde, educação, direitos humanos, formação profissional e meio ambiente. Para avaliar as necessidades das populações-alvo, as OSC continuam a usar pesquisas, estudos socioeconômicos, observações em campo, reclamações dos cidadãos, pedidos de apoio e os resultados obtidos pelos projetos. As OSC se esforçam para atender a todas as solicitações de serviços, que podem ser dirigidas a elas por funcionários, empresas ou por boca a boca, enquanto financiam e documentam sua resposta às necessidades. Uma pequena porcentagem de OSC também coleta dados para avaliar o impacto de seus projetos nas necessidades locais. No entanto, dado que apenas uma minoria de OSC opera em cada uma das nove províncias do Gabão, as necessidades de uma grande parte da população permanecem não atendidas. Apenas as fundações Bongo oferecem serviços às populações de todo o país. Em 2018, organizações nacionais e locais formaram parcerias e redes para trocar informações e alertas, anunciar ações colaborativas e coletar dados confiáveis que as OSC poderiam usar para mobilizar fundos e expandir suas atividades para outras regiões do país. As OSC fornecem bens e serviços a seus membros e a outros grupos populacionais sem discriminação baseada em raça, sexo, origem étnica ou orientação sexual. As OSC cobram pelos serviços que fornecem externamente, mas não cobram pelos serviços prestados no âmbito de projetos financiados por seus doadores.

Algumas OSC, como o IDRC África, criaram pequenas empresas, cujos lucros financiam suas atividades organizacionais e despesas operacionais. De maneira geral, as autoridades reconhecem que as OSC trazem um valor agregado na prestação de serviços básicos e na supervisão dos serviços. As OSC operam em contato próximo com os beneficiários, que confiam mais nas OSC do que nos representantes da administração. A conscientização sobre essa relação de confiança se concretiza na decisão das autoridades de consultar as OSC sobre questões de políticas públicas e para campanhas de sensibilização.




INFRAESTRUTURA SETORIAL: 5,2 A infraestrutura de apoio ao setor das OSC permanecia inalterada em 2018. Fato significativo: a Casa da sociedade civil, que havia fechado suas portas em 2010 com o encerramento do Programa de fortalecimento dos atores não estatais no Gabão (PROGREANE), financiado pelo Fundo europeu de desenvolvimento, reabriu em 2018. A pedido do ROPAGA, o ministério da Economia disponibilizou ao programa um edifício inutilizado. As OSC podem alugar um espaço de escritório por um valor mensal modesto na Casa da sociedade civil. Sua reabertura foi uma bênção para as OSC, que frequentemente funcionam sem escritórios adequados. A Casa da sociedade civil é a única estrutura do tipo à disposição das OSC. As três maiores organizações de apoio intermediário (ISO) do Gabão estão associadas à família Bongo, que dirige o Gabão desde 1967. As fundações da família Bongo fornecem gratuitamente às OSC gabonesas consultoria especializada, informações, assistência técnica e ajuda ao lançamento de iniciativas locais. O Centro Mbanja da Fundação Sylvia Bongo Ondimba oferece às OSC apoio informático: acesso a equipamentos, à internet, informação e presença de especialistas técnicos. As fundações familiares Bongo e o Centro internacional para o fortalecimento das capacidades dos atores sociais no Gabão (CIRCAS/GABÃO) também oferecem apoio financeiro às OSC. Em 2018, a Fundação Sylvia Bongo Ondimba doou mais de 98 milhões XAF (cerca de 171 000 USD) ao Centro fraternidade São João de apoio às pessoas idosas e anunciou uma doação de mais de 951 000 EUR para seu programa de apoio à sociedade civil. No entanto, as OSC não compreendem claramente o mecanismo de atribuição de fundos por essas fundações, o que gerou um sentimento de falta de transparência. As OSC colaboram e compartilham informações por meio de redes e plataformas, de forma habitualmente informal. As plataformas enfrentam desafios organizacionais e financeiros, e as poucas atividades que implementam são geralmente financiadas sob a forma de item orçamentário por uma ou duas de suas organizações membros. No entanto, novos grupos continuam a surgir a cada ano. Em 2018, Malachie e o Salão da mulher criaram uma plataforma dedicada à promoção dos direitos da mulher. As coalizões sustentáveis incluem ROPAGA, Dinâmica unitária, ROLBG e a Rede das organizações da sociedade civil para a economia verde na África central. As OSC gabonesas têm grande experiência em fortalecimento de capacidades e oferecem formações correspondentes às necessidades das OSC locais. Exemplo: às vezes, OSC localizadas na capital patrocinam formações na Casa da sociedade civil para OSC que atuam em áreas rurais. Em 2018, Voz dos cidadãos para a mudança: observação florestal na bacia do Congo, financiado pela UE, forneceu apoio contínuo às OSC para a implementação sub-regional em várias áreas, incluindo o início de projetos, a estrutura organizacional e o planejamento estratégico. As OSC localizadas em áreas rurais podem enfrentar dificuldades devido à falta de formações oferecidas em língua local ou fora das grandes cidades. As partes interessadas do setor privado organizaram formações para as OSC em Libreville e na região em 2018, às vezes no âmbito de programas de responsabilidade social corporativa. As empresas também se associaram a sindicatos para ajudar a resolver disputas entre a administração e o pessoal das empresas. Em 2018, a associação Elat criou uma parceria com a empresa Les Petits Pots de l’Ogooué, na qual quinze por cento das vendas de compotas dos Petits Pots de l’Ogooué no mês de setembro de 2018 foram revertidos para Elat

para a compra de materiais escolares para crianças desfavorecidas. No entanto, não foi observado em 2018 outros acordos oficiais de parceria entre as OSC e o setor privado nem entre as OSC e os mídias públicos ou privados.



Índice de Perpetuação das Organizações da Sociedade Civil do Gabão em 2018 8 IMAGEM PÚBLICA: 4,9 Em 2018, a imagem pública das OSC não mudou. A cobertura midiática de uma OSC depende geralmente de sua relação com o governo ou do assunto tratado. A cobertura garantida pelos meios de comunicação privados é mais confiável do que a dos meios de comunicação públicos. Em 2018, no entanto, o acesso das OSC aos meios de comunicação privados foi limitado, com três jornais tendo sido suspensos temporariamente. Os meios de comunicação controlados pelo governo raramente cobrem as conferências de imprensa das OSC quando se tratam de certos assuntos: as falhas de governança, a corrupção ou as violações dos direitos humanos. Em contrapartida, eles cobrirão assuntos menos quentes, como campanhas de vacinação, mesmo que a OSC envolvida também atue em áreas não aprovadas. Em termos de taxas cobradas, os meios de comunicação gabonenses fazem uma clara distinção entre mensagens de interesse público e publicidade empresarial. As mensagens de interesse público são quase gratuitas, enquanto a publicidade empresarial é relativamente cara. Apesar das variações da opinião pública, as pessoas geralmente consideram as OSC como organizações dignas de confiança, às quais podem recorrer para encontrar soluções para os problemas do dia a dia. Algumas pessoas compreendem o papel e as missões das OSC, enquanto outras contestam o silêncio das OSC sobre questões cotidianas como o custo de vida. As OSC às vezes aceitam financiamento de grupos com os quais se opõem, o que pode criar confusão quanto à sua lealdade e gerar desconfiança. Para combater a incompreensão da comunidade sobre a legitimidade de seu trabalho, as OSC organizam continuamente sessões de informação e sensibilização, para lembrar às populações as contribuições das OSC para resolver problemas específicos em nível nacional e local. Por exemplo, OSC gabonesas que trabalham em desenvolvimento sustentável e meio ambiente utilizaram a plataforma Semana do Meio Ambiente 2018 para informar o público sobre seu papel e suas atividades nessa área. O governo e o setor privado têm uma imagem positiva do papel das OSC, mesmo que às vezes discordem sobre as missões ou ações de algumas OSC. Eles estão cientes do papel e da experiência das OSC, de sua capacidade de oferecer informações confiáveis sobre a população local e da necessidade de colaborar estreitamente com elas. Consciente do papel da sociedade civil, o Grupo Olam Gabão, uma joint-venture entre a empresa privada Olam International e os poderes públicos, organizou em 2018 uma turnê cidadã com OSC de diferentes setores para demonstrar como o Grupo Olam Gabão contribui para a economia nacional  e para o desenvolvimento local. As OSC promovem sua imagem pública comunicando sobre suas atividades por meio dos órgãos de imprensa tradicionais e das redes sociais. As OSC comunicam cada vez mais online sobre seu trabalho. Além disso, um número crescente de OSC criou páginas no Facebook. No entanto, o acesso limitado à internet em áreas rurais limita a eficácia de seu uso das mídias sociais como ferramenta de sensibilização. As OSC também fazem melhor uso dos jornalistas em suas atividades e fornecem informações de alta qualidade para garantir uma cobertura midiática mais significativa. Algumas OSC até contrataram um diretor de comunicação para aumentar sua cobertura midiática. A maioria das OSC não possui um código de ética. Apenas as OSC mais importantes publicam um relatório de atividades anual, mas geralmente sem promovê-lo ou divulgá-lo em larga escala. Cláusula de isenção de responsabilidade: as opiniões expressas neste documento são aquelas dos intervenientes e de outros pesquisadores do projeto e não refletem necessariamente os pontos de vista da USAID ou da FHI 360.